

LGPD - Treinamento e Conscientização de Colaboradores

2021 – Projeto de Implementação LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e Assessment Segurança da Informação

Gerente do Projeto: Rodrigo Tavares – rodrigo.tavares@itone.com.br

Arquitetura e Implementação: Peterson Pires – peterson.pires@itone.com.br



PAULO TEODORO
Advogados Associados

it one
Information Technology

Consultoria Jurídica

Agenda

Agenda

1. Contextualização
2. Histórico
3. Abrangência
4. Aspectos da LGPD - (13.709/2018)
5. Direitos do Titular dos Dados
6. Princípios
7. Bases Legais
8. Como se preparar
9. Vazamento de dados e consequências
10. Vigência

Contextualização

Contextualização

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e da sua privacidade, titular dos dados, que pode exercer mediante requerimento realizado ao nosso Encarregado.

Histórico

Histórico

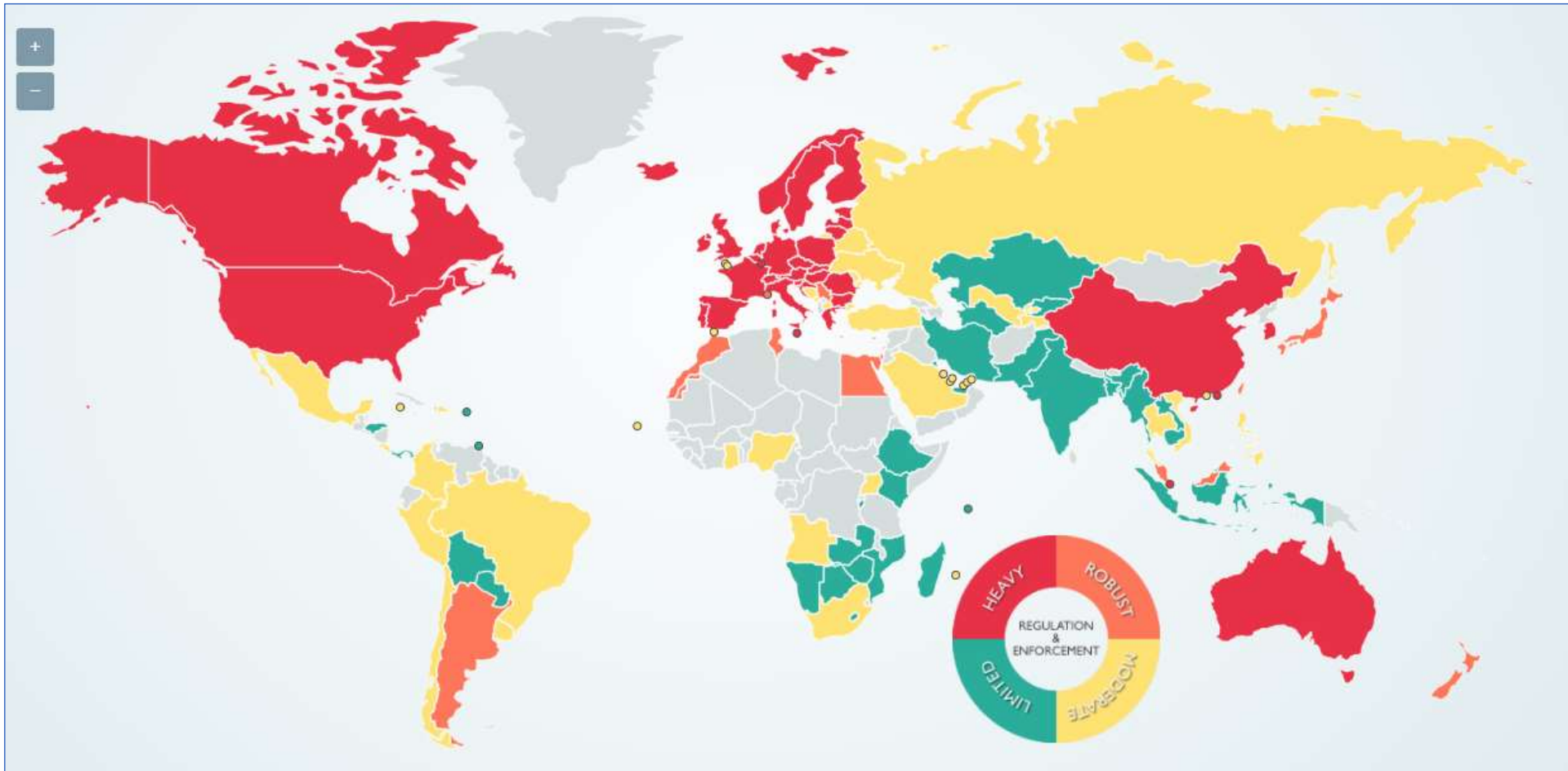
Ano	Nome	Sigla
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	DUDH (UHDR)
1950	Convenção Europeia sobre Direitos Humanos	CEDH (ECHR)
1981	Convenção para Proteção de Indivíduos relativamente ao Processamento Automático de Dados Pessoais	ETS 108 = EU Tratado de Estrasburgo
1988	Constituição Federal	CF
1995	Diretiva n. 95/46/CE relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados	Diretiva de Privacidade (válida até 25/5/2018)
2002	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Código Civil	CEDH (EU Charter) CC
2011	Lei de Acesso à Informação	LAI
2014	Marco Civil da Internet	MCI
2016	Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU - 2016/679) Decreto nº 8.771/2016	'GDPR' (a partir de 25/5/2018) Decreto nº 8.771/2016
2018	Brasil: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	LGPD

LIBERDADE NEGATIVA X POSITIVA

- Big Data; Data Broker; Algoritmos
- “Nomes Brasil”
- “Tudo sobre Todos”
- “Wikileaks”

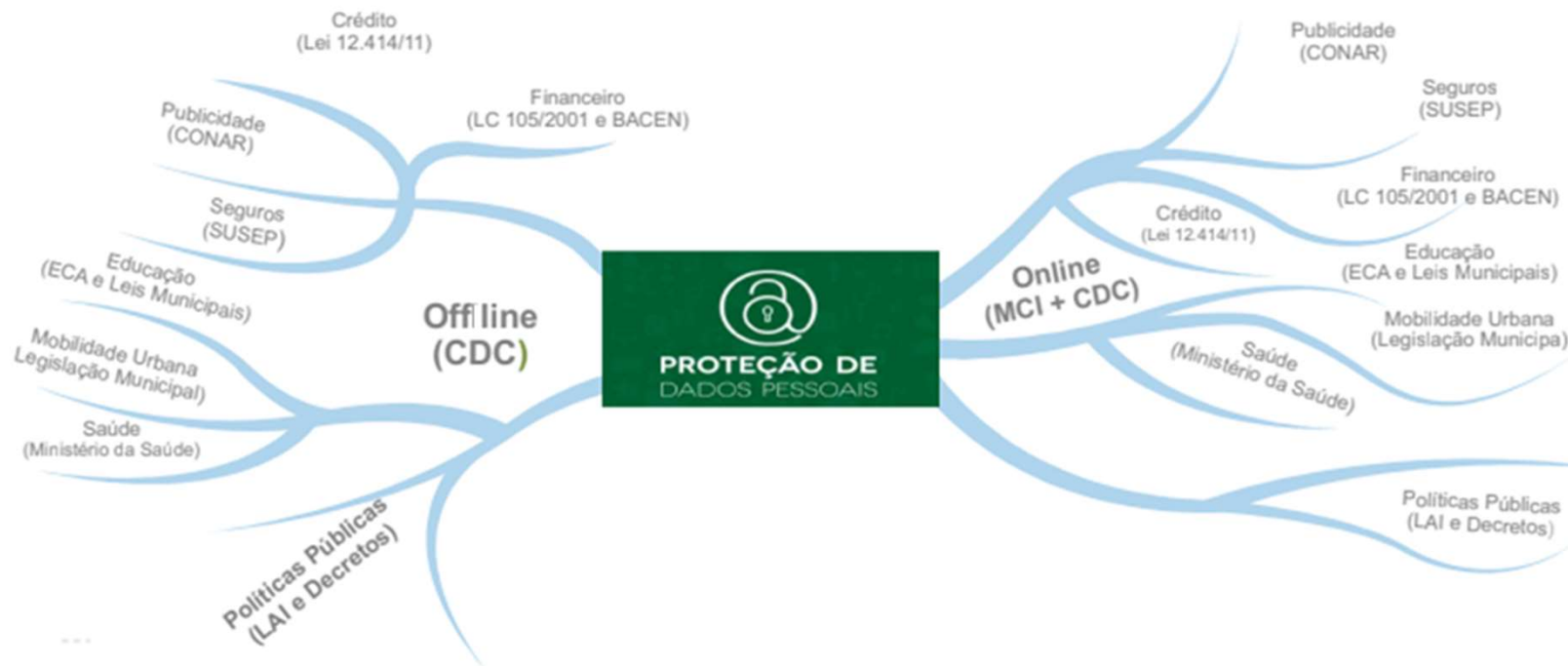
Abrangência

Proteção de Dados no Mundo



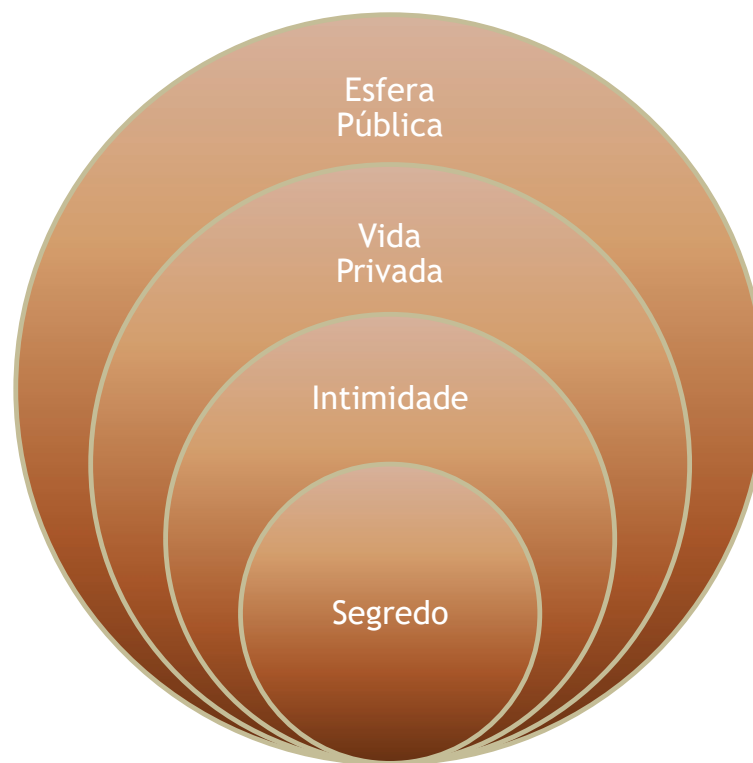
Fonte: <https://www.dlapiperdataprotection.com/index.html?t=world-map&c=US>

LGPD e o relacionamento com outras leis em vigor



Aspectos da LGPD - (13.709/2018)

Público x Privado



Quem é quem?

a) Dado Pessoal: Qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Compreende qualquer dado, independente de formato, que possa permitir a identificação de uma pessoa física, ou que, identificada a pessoa, possa ser associada a ela, revelando característica a seu respeito.

b) Dado Pessoal Sensível: Qualquer dado pessoal que verse sobre a origem racial ou étnica de um indivíduo, sua convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político. Também compreende os dados referentes à saúde ou à vida sexual do indivíduo ou seus dados genéticos ou biométricos, sempre que vinculado a uma pessoa natural.

c) Dado Anonimizado: Um dado será considerado anonimizado, ou anônimo, quando a pessoa natural ao qual se vincula não puder ser identificada por meios razoáveis e disponíveis quando do processo de anonimização. Isso significa que, quando uma determinada informação a respeito de alguém for tratada de maneira que torna virtualmente impossível a identificação daquela pessoa, por meios razoáveis, o dado será considerado anonimizado.

d) Titular de Dados: É a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento. É aqui que você, usuário dos nossos serviços ou canais de comunicação, se enquadra.

Quem é quem?

e) Controlador: É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. É o controlador que detém o poder decisório sobre os dados tratados, incluindo a indicação de sua necessidade, finalidades, bases legais atribuídas e política de descarte.

f) Operador: É a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. O operador apenas trata os dados conforme as determinações do controlador, desde que não violem dispositivos da LGPD ou de outras legislações, de modo que cabe a ele seguir estritamente os escopos de tratamento definidos pelo controlador e oferecer segurança aos dados tratados.

g) Encarregado: O Encarregado, também chamado de DPO (Data Protection Officer) em razão da nomenclatura europeia, é a pessoa (pode ser física ou jurídica) indicada pelo agente de tratamento (controlador ou operador) para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). É ao Encarregado que você deve direcionar toda e qualquer dúvida ou requisição que tenha acerca dos seus dados pessoais.

Quem é quem?


h) Consentimento: É a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. Também pode ser dado por força de lei.

Pode ser solicitada a revogação de tratamento dos dados, pelo titular, a qualquer momento, o que não quer dizer que será atendimento pois em muitos casos é preciso observar a base legal de tratamento.

i) Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): É o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. É para a ANPD que você, titular de dados pessoais, poderá destinar denúncias ou reclamações acerca do tratamento dos seus dados pessoais, caso acredite que teve algum direito violado, ou, ainda, que algum tratamento esteja sendo realizado com seus dados em desacordo com a LGPD.

Além disso, é importante que você saiba que a ANPD não é o único canal pelo qual você poderá reivindicar os seus direitos. Caso entenda que algum tratamento indevido dos seus dados pessoais resultou em dano, poderá também pleitear seus direitos perante o poder judiciário, por meio de ação judicial própria.

Exceções

 Não se aplica (Art. 4º)	Dados PJ (CNPJ)	Pessoa natural para fins particulares e não econômicos	Jornalísticos	Acadêmicos
	Segurança			
	Pública	Defesa Nacional	Estado	Investigação

Direitos do Titular dos Dados

Direitos do Titular dos Dados

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e da sua privacidade, titular dos dados, que pode exercer mediante requerimento realizado ao nosso Encarregado (DPO).

Direitos do Titular dos Dados

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados;
- Portabilidade;
- Revogação do Consentimento e Eliminação dos Dados;
- Informações sobre eventuais compartilhamentos.

Consequências do não fornecimento do consentimento: Por fim, você tem direito de saber exatamente quais serão as consequências da negativa da concessão de consentimento a qualquer operação nele pautada.

Direitos do Titular dos Dados

Para os casos em que a It-One não puder adotar imediata providência para atender às solicitações do titular, em atendimento aos direitos listados no art. 18 da LGPD, a empresa explicitará os motivos, que poderão ser um dos seguintes:

1. A It-One não é agente de tratamento dos seus dados. Nesse caso será informado o agente correto; ou
2. Existe alguma razão de fato ou de direito que impede a adoção imediata da providência solicitada pelo titular dos dados, e, sendo possível, será devidamente descrita e informada na resposta que será encaminhada.

Princípios



Bases Legais



Como se Preparar

Impacto na Organização



DIRETORIAS

Aspectos Societários
DPO



GERÊNCIA

Implementação
Política de proteção de dados



JURÍDICO

Fiscalização
Revisão dos contratos
DPIA



TI

Engenharia de segurança
Resposta a incidentes de segurança



RH

Dados de funcionários



MARKETING

Perfilamento
Publicidade direcionada
Aquisição de base de dados



SERVIÇOS/PRODUTOS

Privacy by design

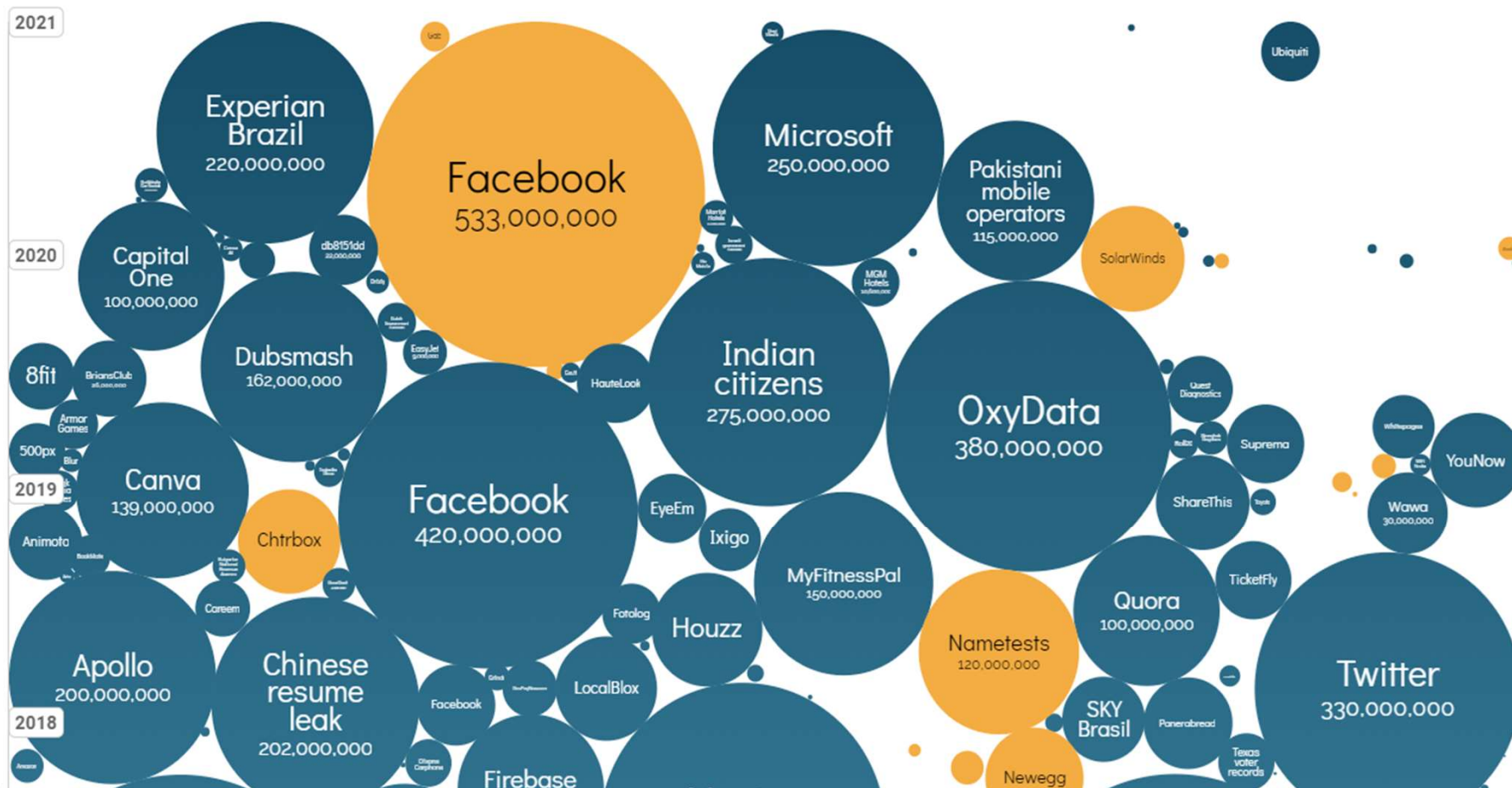
Plano de Implementação

1. Frente Jurídica
2. Frente Processual e Organizacional
3. Segurança Cibernética



Vazamento de dados e Consequências

Vazamento Global



Vazamento Brasil



Netshoes fecha acordo e vai pagar R\$ 500 mil por vazamento de dados

A varejista online fechou um acordo com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para pagar indenização por danos morais

Giovanna Wolf* - O Estado de S. Paulo

05/02/2019 | 15h21



Banco Inter pagará R\$ 1,5 milhão por vazar dados de quase 20 mil pessoas

Renato Santino 19/12/2018 20h30



Vazamento Europa (GDPR)



Amazon recebe multa recorde de US\$ 887 milhões na União Europeia por questões de privacidade

Autoridade de Luxemburgo disse que empresa não seguiu as leis de proteção de dados do bloco europeu. Gigante do varejo on-line nega.

Por G1

30/07/2021 10h13 - Atualizado há uma hora



A multa representa aproximadamente 4,2% do lucro líquido da Amazon em 2020, que foi de US\$ 21,3 bilhões, e 0,2% de sua receita de US\$ 386 bilhões.

A lei de proteção de dados europeia indica que os reguladores podem multar as empresas em até 4% de sua receita anual.

Foi exigido ainda que a gigante do varejo on-line revise determinadas práticas comerciais, que não foram reveladas.

Em nota à agência Bloomberg, a companhia afirmou que "não houve violação de dados, e nenhuma informação de clientes foi exposta a terceiros".

Consequências, sanções e multas

- I-A – 1º/08/21:
- arts. 52, 53 e 54 (sanções administrativas)
 - suspensão parcial do funcionamento do banco de dados;
 - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados;
 - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados;
 - multa de até 2% do faturamento limitada a R\$ 50.000.000,00.

Vigência

Vigência



Criada para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, a LGPD altera alguns artigos do Marco Civil da Internet e estabelece novas regras para empresas e órgãos públicos no que diz respeito ao tratamento da privacidade e segurança das informações de usuários e clientes. **O texto entrou em vigor no dia 18 de Setembro de 2020. Desde então o judiciário, se provocado, pode abrir processo e multas puderam ser aplicadas.**

Agora, **a partir de 1 de agosto de 2021**, todas as organizações que descumprirem seus requisitos ficarão sujeitas a sanções administrativas e multas pois estarão sujeitas à fiscalização pela ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados).

Dúvidas?

Encarregado de Dados – IT One
dpo@itone.com.br

Peterson Pires



PAULO TEODORO
Advogados Associados

Av. Antônio Abrahão Caran, 728, Pampulha BH/MG CEP: 31275-000 – (31) 4103-0552 (31)3490-0330
secretaria@pauloteodoro.adv.br